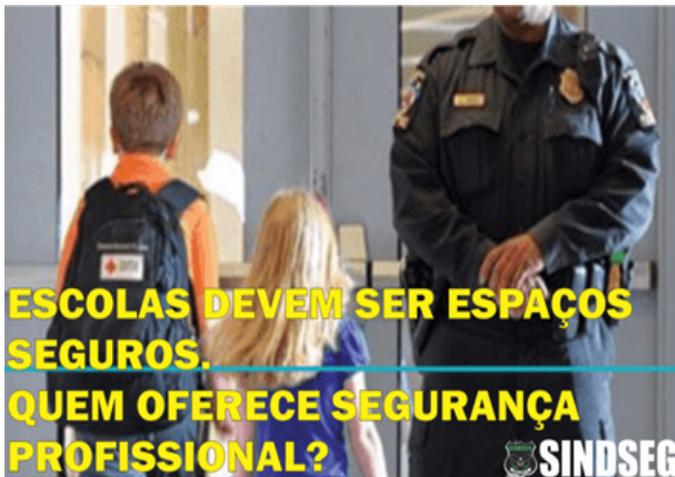




ESPIRITO SANTO

MAIS UM ATENTADO A ESCOLAS MOSTRA A NECESSIDADE DA VIGILÂNCIA PROFISSIONAL



Três pessoas mortas e pelo menos 8 feridas foi o saldo de dois atentados a duas escolas na manhã de hoje no município de Aracruz, no norte do Espírito Santo. Esse lamentável ato de violência em dois ambientes escolares choca toda a população e a leva a refletir sobre como combater tanta insegurança.

O Sindseg/GV tem alertado há muito tempo sobre a não contratação de vigilantes nas escolas. No caso da Escola Estadual Primo Bitti, uma das unidades atacadas, havia um vigilante trabalhando, mas desarmado. O que fazer em uma situação dessas?

Mais uma vez o Sindseg alerta da necessidade de se ter vigilância armada nas escolas, uma vez que tem sido recorrentes os casos de invasões e ataques a essas unidades. No caso do não

porte de armas, que pode ter como justificativa o fato de crianças e adolescentes estarem na presença de armas, nada impediria a ação do vigilante na escola, se um armamento adequado estivesse em um armário pessoal ao qual só ele teria acesso durante o seu turno.

Há várias formas de se pensar medidas de segurança nas escolas. Mas o que ocorre que as escolas municipais já não possuem qualquer tipo de vigilância patrimonial. E o assédio da criminalidade à adolescência é infância é uma realidade permanente nos entornos de várias escolas hoje.

O Sindseg se dispõe a dialogar com os poderes públicos a qualquer momento sobre orientações de segurança nas escolas. O que não pode deixar de ser feito é o combate a essa vulnerabilidade permanente a que estão expostas nossas crianças que saem de seus lares para a escola. Ela deve ser um ambiente agradável e, principalmente, seguro em todos os aspectos.

Nossa solidariedade aos familiares das vítimas desses atentados e aos trabalhadores e trabalhadoras em educação de todo o Espírito Santo.

FONTE: SINDSEG GV-ES

Lula deve enterrar reforma Administrativa e Carteira Verde e Amarela

Servidores aprovam ideia de Lula de impedir tramitação da reforma Administrativa que acaba com o funcionalismo público. Petista também quer impedir retirada de direitos trabalhistas da Carteira Verde e Amarela



O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), deve enterrar duas propostas nefastas do governo Jair Bolsonaro (PL), que retiram direitos e arrocham o rendimento de trabalhadores e trabalhadoras da iniciativa privada e dos servidores públicos.

Uma das propostas que Lula não planeja levar adiante é a a reforma Administrativa, que acaba com o funcionalismo público. A outra é a da Carteira Verde e Amarela.

As formas pelas quais esses projetos do governo Bolsonaro devem ser enterrados estão sendo discutidas pela equipe de transição de Lula juntamente com o relator do Orçamento da União de 2023, proposto pelo atual governo, senador Marcelo Castro (PI).

A Carteira Verde e Amarela, proposta que caducou no Congresso Nacional, mas que o ministro da Economia, Paulo Guedes, tenta ainda reeditar, precariza ainda mais as relações de trabalho, retira direitos e renda do trabalhador.

De acordo com o coordenador-geral da

Confederação Nacional dos Servidores Públicos (Condsef) Sérgio Ronaldo da Silva, o futuro governo Lula deve enviar um expediente ao Congresso Nacional pedindo a paralisação das votações dos temas em que não há consenso entre deputados e senadores, que são os casos da reforma Administrativa e da Carteira Verde e Amarela.

O dirigente esteve reunido na terça-feira (29), em Brasília com o deputado Rogério Correa (PT-MG), o assessor do Fórum das Centrais, Clemente Ganz Lúcio (integrantes da equipe de transição), e o relator do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI) debatendo a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, da reforma Administrativa.

“Lula já se posicionou contra a reforma que está adormecida, mas temos de discutir o que vai ser feito com ela, já que a PEC foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e na Comissão Especial da Câmara Federal e ela não pode ser simplesmente arquivada por um ato

monocrático do presidente da Casa, Arthur Lira [PP-AL]. Ainda vamos discutir que instrumento jurídico será feito para retirar a PEC da pauta e enterrar de vez a proposta que acaba com o funcionalismo público”, conta Sérgio Ronaldo.

Ainda de acordo com dirigente, logo após o segundo turno das eleições presidenciais, que deu vitória a Lula, ficou definido entre os líderes dos partidos no Congresso que até o final da atual legislatura, em janeiro de 2023, só entrarão na pauta de votação as matérias que tenham consenso dos parlamentares.

A retirada da PEC 32 da pauta de votação no Congresso Nacional só poderá ocorrer após Lula assumir a presidência e até lá os servidores públicos planejam como conseguir a aprovação de sua pauta de reivindicação.

“Queremos resgatar a força de trabalho do servidor público, formas que garantam a reestruturação e valorização do funcionalismo para que nós possamos atender a população da forma que ela merece, com qualidade e presteza”, diz Sérgio Ronaldo.

Correção dos salários do funcionalismo

A categoria perdeu nos quatro anos de governo Bolsonaro mais de 27% do poder de compra, maior do que a dos trabalhadores da iniciativa privada. Desde o golpe 2017 que os servidores não recebem um centavo de reajuste em seus contracheques.

“A ideia é abirmos uma mesa de negociação e diálogo com as entidades do serviço público e o novo governo para acabar com as canetadas e PECs que destroem a categoria”, afirma o secretário-geral da Condsef.

O reajuste salarial da categoria para 2023 depende da forma que for aprovada a PEC da Transição, que deve deixar de fora do teto de gastos públicos, as verbas para a recriação do Bolsa Família de R\$ 600 e mais R\$ 150 para crianças de até seis anos de idade e o aumento do salário mínimo acima da inflação.

A proposta no total de R\$ 198 bilhões, permite R\$ 175 bilhões para o Bolsa Família e outros R\$ 23 bilhões restantes, obtidos por meio do excesso de arrecadação em tributos, devem ser usados exclusivamente em investimentos. De acordo com o texto, a receita extra do ano pode ser usada para incrementar investimentos fora do teto.

Para que as regras possam valer a partir de janeiro, a PEC da Transição precisaria ser aprovada no Senado e na Câmara dos Deputados antes do projeto de lei orçamentária anual (PLN 32/2022), que deve ser votado pelo Congresso Nacional até 16 de dezembro.

Como exclui do teto de gastos todas as despesas do Poder Executivo com o Bolsa Família, a expectativa é de que a PEC da Transição abra um espaço de até R\$ 105 bilhões na proposta orçamentária de 2023. O dinheiro seria usado para recompor as dotações de ações consideradas subfinanciadas no PLN 32/2022. É o caso do Farmácia Popular e do reajuste do salário mínimo.

É deste espaço de R\$ 105 bilhões que os servidores públicos esperam que saiam os recursos para um reajuste salarial da categoria. Pelas contas do secretário-geral do Condsef sobram R\$ 11,4 bilhões para o funcionalismo, que são insuficientes para repor as perdas salariais, mas podem dar um alívio até a definição do orçamento de 2024.

“Tem muita gente discutindo e precisando desse dinheiro, mas nós queremos uma parte já a partir do ano que vem e preparar uma discussão para 2024 em melhores condições”, afirma Sérgio Ronaldo.

Tramitação da PEC da Transição

A PEC da Transição, que exclui do teto de gastos por quatro alcançou 28 assinaturas na terça-feira (29) e deve seguir para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), segundo a Agência Senado. O Regimento Interno do Senado exige o apoio de 27 parlamentares para a tramitação de PECs.

O presidente da CCJ, senador Davi Alcolumbre (União-AP), deve indicar um relator para a PEC 32/2022. A matéria será inicialmente votada na comissão e, em seguida, irá ao Plenário do Senado, onde precisa ser submetida a dois turnos de votação. Para ser considerado aprovado, o texto depende do aval de três quintos da composição da Casa, um total de 49 votos favoráveis em cada etapa de apreciação.

A PEC de Transição também deixa fora do teto receitas próprias de universidades, obtidas por meio de convênios e doações, por exemplo. De acordo com a proposta, o mesmo acontece com projetos socioambientais ou relativos às mudanças climáticas custeadas por doações.

FONTE: CUT - Rosely Rocha | Editado por: Marize Muniz

Equipe de transição estuda alterar pagamento de pensão por morte e aposentadoria por invalidez

Pensão por morte e aposentadoria por invalidez deixaram de ser pagas de forma integral com as mudanças nas regras previdenciárias aprovadas no primeiro ano do governo Bolsonaro



Fila de pessoas na Previdência Social (Foto: Agência Brasil)

A equipe de transição do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), estuda promover mudanças na Reforma da Previdência, que completa três anos em dezembro. De acordo com o jornal O Globo, os principais pontos do Grupo de Trabalho responsável pelo assunto são a revisão da pensão por morte e aposentadoria por invalidez, que deixaram de ser pagas de forma integral com as mudanças nas regras previdenciárias aprovadas no primeiro ano do governo Jair Bolsonaro (PL).

“Segundo integrantes do grupo temático de Previdência, a intenção é que a pensão por morte, hoje equivalente a 50% do valor

do benefício mais 10% por dependente, suba para algo entre 70% e 80%. O percentual dos dependentes seria mantido. Já a aposentadoria por invalidez voltaria a ser paga em valor integral. Atualmente, o benefício corresponde a 60% da média das contribuições, mais 2% a cada ano que exceder os 15 anos de contribuição”, destaca a reportagem.

As medidas teriam impacto retroativo à data do início da vigência da reforma, mas o novo valor “só valeria a partir da aprovação da medida. Não haveria o pagamento retroativo da diferença entre o antigo valor e o novo”.

FONTE: 247

Falta até papel para impressoras do Ministério do Trabalho, diz equipe de transição

Núcleo temático do Trabalho, em reunião nesta quinta-feira, vai apresentar a Lula o grau de sucateamento da pasta

(Foto: Divulgação/MTE)



O núcleo temático do Trabalho do gabinete de transição vai apresentar ao presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em reunião nesta quinta-feira (1) o relatório produzido que mostra o grau de sucateamento do Ministério do Trabalho.

De acordo com o Estado de S. Paulo, os membros do grupo afirmam que falta até papel para as impressoras da pasta. “Outra queixa é a de que são poucos os fiscais em atuação no país”, diz a reportagem.

Integram o núcleo do Trabalho da Transição: Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil); André Calixtre, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Clemente Gantz Lucio,

sociólogo; Fausto Augusto Júnior, professor universitário e Diretor Técnico do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos); Laís Abramo, socióloga, mestre e doutora em Sociologia pela USP; Miguel Torres, presidente da Força Sindical; Patrícia Vieira Trópia, doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, docente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia; Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores); Sandra Brandão, economista, mestre em Economia pela Unicamp; Sérgio Nobre, presidente Nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Fonte: 247

Após pressão, projeto que ataca jornada dos bancários é retirada de pauta na Câmara



O Projeto de Lei 1.043/2019, que autoriza a abertura de agências e o trabalho bancário aos sábados, domingos e feriados, foi retirado da pauta de votação da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (30), após ação da representação sindical junto aos parlamentares e pressão da categoria nas redes sociais.

“Fizemos um trabalho intenso junto aos membros da CDC para que requeressem a retirada da pauta e concomitantemente junto ao presidente da comissão, deputado Silvio Costa Filho (Republicanos/PE), para que os acolhesse, sendo assim, o requerimento do deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA) foi prontamente acolhido”, informou o secretário de Relações do Trabalho e responsável na Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Jeferson Meira, o Jefão, acrescentando que o deputado Ivan Valente (Psol/SP) também contribuiu com as ações para a retirada do projeto da pauta.

“Agradeço a sensibilidade do presidente da comissão, que ajudou a proporcionar esta grande vitória da categoria, que se mobilizou para a retirada do projeto da pauta”, disse o deputado Daniel Almeida. “Espero que este

projeto não volte à pauta este ano e que, no ano que vem, seja arquivado, pois o mesmo não serve ao interesse nacional, não é de interesse dos bancários e se configura em quebra de contrato e retirada de direito adquirido”, completou o deputado.

Ação sindical e da categoria

“Estamos atentos à tramitação dos projetos de interesse dos trabalhadores no Congresso e agimos rapidamente, mas foi fundamental a pressão exercida pela categoria e entidades sindicais nas redes sociais”, acrescentou o dirigente da Contraf-CUT, que acompanha a tramitação de projetos e temas de interesse dos trabalhadores no Congresso Nacional.

Jefão informou que o tuitaço realizado na manhã desta quarta-feira ficou entre os temas mais comentados da rede, colocando a hashtag #SábadoÉMeu na sétima posição entre os assuntos mais comentados do país.

“Conseguimos, mais uma vez, barrar a tentativa de alteração na jornada de trabalho dos bancários. Mas, precisamos manter a mobilização, o lobby do sistema financeiro no Congresso é forte e esta não foi a primeira e, com certeza, não será a última vez que vão tentar esta mudança que prejudica a categoria”, afirmou a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira.

“A eleição de um governo com compromisso com a classe trabalhadora ajuda na retirada deste tipo de projeto da pauta, mas temos que acompanhar a atuação dos deputados e senadores para lutar contra todas as tentativas de retirada de direitos”, completou.

Foto-imagem: Contraf-CUT

Fonte: Contraf-CUT

Mais de 5 milhões de trabalhadores estão na fila do INSS, diz equipe de transição



Desde que Jair Bolsonaro (PL) assumiu a presidência da República, em 2019, cortou recursos, parou de fazer concursos e extinguiu o Ministério do Trabalho e Previdência Social, os beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vêm sofrendo para conseguir receber seus direitos, seja pensão por morte, seguro acidente ou aposentadoria.

Hoje, segundo levantamento da equipe de transição do presidente eleito, Lula (PT), que quer recriar o Ministério da Previdência Social para garantir atendimento digno e de excelência ao trabalhador, o número de pessoas que estão esperando o pagamento de seus benefícios há mais de 45 dias ultrapassa os cinco milhões. Os dados são do mês de setembro deste ano.

Os pedidos deveriam ter sido atendidos nesse prazo, mas depois de um acordo feito em 2021, entre o governo federal e o Supremo Tribunal Federal (STF), a previsão passou para 90 dias, e ainda assim não vem sendo respeitada.

A fila, que no passado dava voltas nas avenidas e agora é virtual – por isso, ninguém vê o sofrimento e humilhação dos trabalhadores – só aumenta. Os servidores do órgão vêm denunciando o desmonte do INSS, com a não reposição de aposentados e a contratação de militares no lugar de concursados, como uma das principais causas dos atrasos no atendimento de quem mais precisa.

O ex-ministro do Trabalho e da Previdência Social no governo Dilma Rousseff (PT), Ricardo Berzoini, acredita que o desmonte do INSS e os atrasos nos direitos dos contribuintes são propositais. Para ele, essa foi a forma do governo Bolsonaro “empurrar com a barriga” o pagamento de aposentados, pensionistas e beneficiários da Previdência.

“As informações que tenho é que os atrasos são uma ação deliberada para represar o reconhecimento de direitos e, portanto, não desembolsar esse dinheiro num curto prazo.

Alguns pedidos podem até ser negados, mas os contribuintes podem recorrer administrativamente e judicialmente. É uma burrice porque mais cedo ou mais tarde o governo vai ter de pagar, inclusive os atrasados”, afirma Berzoini.

Segundo o ex-ministro, a maior parte dos atrasos é formado por pedidos de aposentadoria por tempo de contribuição ou idade, mas também há muitos pedidos por invalidez, auxílios doença e acidente. Para Berzoini, nada justifica deixar quem tem direito esperando além da conta. Os governos petistas tiveram extremo cuidado para evitar fraudes praticadas por quadrilhas, mas não prejudicou quem tem direito adquirido.

“Cinco milhões de pessoas é praticamente a população do Uruguai. É uma tragédia calculada”, diz Berzoini.

O também ex-ministro da Pasta, Luiz Marinho (PT-SP), deputado federal eleito, diz que entre essas cinco milhões de pessoas pelo menos dois milhões estão esperando por seus direitos há mais de um ano. Uma situação bem diferente da que o PT deixou antes de sair da presidência da República.

“Quando assumi o ministério em 2007, além de continuar o trabalho dos ministros anteriores que já tinham começado a equipar o INSS e abrir vagas em concursos públicos, aceleramos o processo e conseguimos conceder aposentadoria num prazo muito curto”, lembra Marinho.

“Atingimos um estágio de excelência e conseguimos responder até em menos de 24 horas. Agora destruíram tudo. Isso é um crime contra o cidadão que pode morrer sem receber. Este governo deveria responder por improbidade”, salienta Marinho.

Tanto Berzoini quanto Marinho concordam sobre a necessidade de reconstruir o INSS com equipamentos e novos servidores públicos, pois a contratação de militares para o órgão foi ineficiente, como já era esperado, e as fila do INSS só aumentaram.

“Minha sugestão ao governo Lula é promover um mutirão para acelerar o pagamento desses direitos. Entendo que é preciso cuidado para

evitar fraudes, mas os casos de aposentadoria por tempo de contribuição ou idade são muito simples de serem verificados. Hoje em dia todos os dados estão nos computadores do INSS”, diz Berzoini.

“Tem gente passando fome e limitações por conta disso, e a única forma de mudar é Lula mandar fazer um grande mutirão logo no início do seu governo para reconhecer os direitos de quem tem e negar quando não há esse direito”, afirma Berzoini.

Já Marinho observa que, além do mutirão, é preciso reequipar o INSS e abrir concursos públicos para novos servidores.

“É preciso mais servidores por que a fila hoje é virtual, mas há milhares de pessoas que não têm acesso à internet, nem dominam a ferramenta. Para o INSS voltar a funcionar é preciso ter pessoal qualificado e suficiente para atender a demanda, por que senão a bola de neve só vai crescer e custar muito mais para os cofres públicos que terá de pagar os retroativos, além de ser uma maldade para com quem precisa ter seus direitos reconhecidos”, afirma Marinho.

Uso da tecnologia

Diante deste quadro, a equipe de transição de Lula na área previdenciária analisa, segundo a colunista Mônica Bergamo da Folha de São Paulo, transferir a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev), que hoje está sob o comando do Ministério da Economia, de Paulo Guedes, para o futuro Ministério da Previdência e Trabalho.

“O Dataprev é um dos órgãos que mais ganharam prêmios internacionais a partir da gestão de Rodrigo Assumpção, que nos governos do PT equipou a empresa, valorizou seus servidores, fazendo com que ela fosse lucrativa”, lembra Berzoini.

O Dataprev esteve na mira de privatização do governo Bolsonaro, o que colaria os dados de milhões de brasileiros nas mãos de empresas privadas – um risco para a segurança nacional e a privacidade dos cidadãos do país.

Foto: Reprodução / TV Globo

Fonte: Rosely Rocha | Editado por: Marize Muniz – CUT Brasil

Empregados da Caixa levam a Lula propostas para futuro do banco público

Documento prevê estratégias para o banco público atuar no mercado e na retomada do desenvolvimento



Por Redação
Claudio Kbene

Lula e Maria Fernanda. Presidente eleito tem conversado com integrantes do Congresso e com representantes da sociedade

O Comitê Popular de Lula em Defesa da Caixa Federal entregou nesta quarta-feira (30) ao presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, um conjunto de diretrizes para a atuação do banco público. O caderno inclui propostas para melhorar o desempenho da instituição no mercado bancário, o relacionamento com o corpo de funcionários e a contribuição da Caixa para a retomada do desenvolvimento do país.

O documento foi debatido “exaustivamente” por entidades dos bancários e especialistas e foi entregue a Lula pela ex-presidente da Caixa Maria Fernanda Coelho. “Há um grande ânimo entre os empregados e empregadas da Caixa para reconstruir o Brasil”, disse Maria Fernanda ao site Reconta Aí.

“Existe uma compreensão de que a Caixa pode ser um instrumento fundamental, poderoso, para combater a fome, gerar trabalho e renda e para que a gente possa ter cidades mais inclusivas”, disse a executiva. Maria Fernanda representou o Brasil na direção do Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) quando deixou a Caixa. Ela atuou também junto ao Consórcio do Nordeste e hoje integra o Gabinete de Transição do governo, no grupo de trabalho de Cidades.

Lula postou em suas redes sociais a entrega do caderno de propostas. O comitê popular atua desde antes da eleição e deve permanecer ativo após a posse do novo governo.

Transição em movimento

O Gabinete de Transição, que reúne 31 áreas técnicas, entregará nesta quarta relatórios preliminares com diagnósticos da situação atual das mais diversas áreas – sociais, econômicas e de infraestrutura. O documento final deverá ser entregue até o dia 11. E poderá ser acolhido ou revisado pela futura equipe ministerial e pelo presidente.

Lula se reúne ainda hoje com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para defender a tramitação rápida da PEC da Transição. A Proposta de Emenda à Constituição visa assegurar a execução de programas sociais. Especialmente o Bolsa Família – de R\$ 600 mais R\$ 150 por filho até 6 anos. A matéria está com a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Antes de discutir a PEC na comissão, lideranças do Senado devem dialogar com representantes da Câmara para construir consensos entre as duas Casas e evitar alterações que comprometam a tramitação. A PEC da Transição precisa dos votos de 49 senadores e, depois, de 308 deputados, em dois turnos.

Fonte: RBA

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF